



BALANÇO 2017

Setor encontra ambiente mais receptivo às suas propostas na safra 2017/2018

Em 2017, a discussão das prioridades para a safra 2017/2018 ocorreu em um ambiente mais receptivo às propostas do setor agropecuário. O volume de recursos programados não atendeu plenamente a demanda do setor, considerando-se a elevação de 13,5% na média dos custos de produção. Tampouco a redução da taxa de juros anunciada foi compatível com a expectativa do setor, tendo em vista a redução da inflação e da Selic, conquistada com o apoio do setor, por meio da safra agrícola que contribuiu para a redução dos preços dos produtos alimentícios que compõem o índice oficial da inflação. No entanto, cabe destacar o atendimento de pleitos importantes do setor agropecuário levados pela

CNA ao Governo Federal: priorização do Programa de Construção de Armazéns (PCA), retorno da linha Pró-Renova Rural, criação da Comissão Consultiva de Entes Privados do Seguro Rural (PSR) e retirada da limitação de que apenas 60% do limite de crédito por beneficiário em cada ano-safra poderia ser contratado no 1º semestre. Mais do que o atendimento às propostas dos produtores rurais, a negociação do PAP 2017/2018 possibilitou intensificar o diálogo do setor agropecuário com segmentos privados (instituições financeiras e seguradoras) e com o Governo para que a política agrícola brasileira seja modernizada, melhorando cada vez mais os instrumentos de gestão de riscos da atividade agropecuária.

Letras de Crédito do Agronegócio (LCA):

direcionamento ampliado de recursos a juros controlados oriundos da emissão de LCA, abrangendo a comercialização, além de custeio e investimento



Programa para Construção de Armazéns (PCA):

redução da taxa de juros de 8,5% para 6,5% ao ano e manutenção do prazo máximo para reembolso dos financiamentos em 15 anos



R\$ 46,4 bilhões

é o montante de crédito rural contratado no período de julho a setembro/2017, 25% a mais em comparação a julho a setembro/2016

Fonte: BCB

R\$ 218,4 bilhões

é o volume de recursos programados para o crédito rural para a safra 2017/2018, 2% a mais que na safra 2016/2017

Fonte: Mapa

1,28%

foi a inadimplência dos financiamentos rurais e agroindustriais no SFN em junho/2017, contra 3,53% do SFN



Fonte: BCB

Emenda Constitucional 95/2016 instituiu o Novo Regime Fiscal da União, limitando o crescimento dos gastos públicos. Governo Federal não reduziu a taxa de juros do crédito rural na mesma proporção de queda da Selic, visando racionalizar os gastos com equalização de taxa de juros



PERSPECTIVAS 2018

Alavancagem dos financiamentos do BNDES, porém mais caros

A partir de 1º/01/2018, a TJLP será substituída pela Taxa de Longo Prazo (TLP) para balizar os financiamentos concedidos pelo BNDES (Lei 13.483/2017). A TLP será composta pela variação do IPCA e pela taxa de juros das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), ou seja, acompanhará as variações de mercado. A taxa de referência baseada no mercado (mais transparente) deve alavancar o financiamento privado, porém, com custos mais elevados.

Pulverização das fontes de financiamento para a agropecuária

O Projeto de Lei 7740/2017 prevê a extensão do mecanismo de equalização de taxas e outros encargos financeiros aos bancos privados e às confederações de cooperativas de crédito rural. A aprovação desse PL deve propiciar a concorrência entre as instituições financeiras e cooperativas de crédito, intensificar a atratividade do crédito rural, reduzir os custos de concessão do crédito ao produtor e o custo unitário da subvenção governamental.

Maior suporte da política de crédito rural para pequenos e médios produtores



Priorização de investimentos em infraestrutura de armazenagem, regularização ambiental e conservação de solos e água



Aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de riscos na atividade agropecuária, visando a redução da volatilidade da renda do produtor rural



Modernização dos instrumentos de garantia de preço ao produtor e do papel do Estado na política de abastecimento



Lei n. 11.076/2004

CDA/WA CDCA LCA GRA

Fomento aos títulos do agronegócio como alternativa de financiamento aos produtores de maior escala